

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Correio Braziliense.....	2
Título: Brasil saiu da sua maior crise, afirma ministro	2
VEÍCULO: O Globo.....	6
Título: STF suspende regras para venda de ativos da Petrobras	6
Título: Conta de luz deve permanecer sem taxa extra em janeiro	7
Título: Orçamento para 2019 prevê mínimo de R\$ 1.006	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: STF suspende ato que agiliza venda de ativos da Petrobras	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Aneel banca festa com dinheiro da conta de luz	11
Título: Presidente fala em sentir falta do 'fora, Temer'	13
Título: STF põe em risco venda de ativos pela Petrobrás	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Sinais são favoráveis à bandeira verde em janeiro, avalia ONS	16
Título: Votorantim elege energia e imóveis para o novo ciclo	17
Título: Efeitos da greve dos caminhoneiros derrubam consumo de gasolina	22
Título: Destaques	24
Título: Eólica deverá ser segunda maior fonte de energia do país em 2019	24

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 20/12/2018**Seção:** Entrevista Moreira Franco**Autor:****Título:** Brasil saiu da sua maior crise, afirma ministro

Wellington Moreira Franco está há quase cinco décadas em cargos públicos. Foi eleito deputado federal em 1974 e, em 1976, prefeito de Niterói. Na década seguinte, governador do Rio. Para ele, o país vive um momento complexo, pois todos os ex-presidentes da República e o futuro, Jair Bolsonaro, enfrentam processos na Justiça.

“Tem alguma coisa errada. Não há sociedade, não há instituição, não há democracia no mundo que conviva com esse tipo de problema”, afirma. Na avaliação do ministro, a apuração de denúncias é indispensável, mas não pode conviver com o que ele chama de espetacularização. Os processos a que responde, espera que sejam tratados agora do ponto de vista técnico, jurídico, livres do que identifica como “trama” política.

Essa situação é, em parte, responsável, no entender de Moreira Franco, pela impopularidade do atual governo, a despeito das realizações que aponta, sobretudo a recuperação da maior crise econômica da história do país.

Ele acha que muito do futuro do desenvolvimento está contratado, graças, por exemplo, aos projetos de infraestrutura, pelos quais foi responsável desde o início do governo, com o Programa de Parcerias de Investimento (PPI). Ele teve a iniciativa quando ainda ocupava a Secretaria-Geral da Presidência.

Na terça-feira, o ministro visitou a Usina de Belo Monte, que está colocando para funcionar a 12ª turbina. O edital para a conclusão da ferrovia Norte-Sul já está na rua, obra que permitirá a ligação dos portos no Sul e no Norte do país, levando os exportadores de grãos a escolherem a melhor alternativa para embarcar os produtos.

Apesar da situação político e jurídica complexa, Moreira Franco acredita que o país encontrará o caminho da prosperidade. “Estou otimista porque sou otimista”.

O senhor está otimista com relação ao governo Bolsonaro? Tem alguma sugestão?

Estou otimista porque eu sou otimista. Ninguém fica 30 anos na Câmara, como ficou Bolsonaro, acompanhando toda essa aplicação da Constituição de 1988, sem ter capacidade. Ele sabe quem é quem e o papel da imprensa. Eu acho que vai mobilizar toda a sua experiência para resolver os grandes problemas que o país enfrenta na questão fiscal. Com relação à sugestão da minha parte, eu não tenho arrogância necessária, prepotência que normalmente alguns comentaristas têm de achar que eu vou dar um conselho. Você não dá conselho ao Presidente da República.

Na sua avaliação, que país o presidente Michel Temer deixa para Jair Bolsonaro?

O governo Temer deixa um país absolutamente e profundamente diferente do que nós recebemos há pouco mais de dois anos, que vivia a maior e mais grave crise econômica da nossa história. Não é só uma crise, porque nós lamentavelmente não conseguimos ainda dar uma certa estabilidade ao processo de crescimento econômico, nós temos tido, desde 1945, crise de 10 em 10 anos. A crise econômica mais recente foi provocada pela ganância, porque nós já resolvemos o problema cambial e o da inflação com o Plano Real. Mas a ganância ela ainda não está resolvida. E as pessoas em função da crise perderam tudo o que obtiveram, construíram nos 10 anos anteriores. Chegamos a quase 14 milhões de brasileiros desempregados. Hoje, estamos com juros baixos e inflação inferior à meta. Já faz oito meses consecutivos que empregos estão sendo gerados, mas ainda temos um número de desempregados muito grande.

O senhor acha que a condução da economia vai ter continuidade?

Pelo o que eu tenho lido e conheço, não só do Paulo Guedes (futuro ministro da Economia), mas de várias pessoas que estão sendo chamadas para a equipe, eu creio que esses pressupostos continuarão, porque dão certo. Se você pega a carta aos brasileiros e que sustentou o primeiro mandato do presidente Lula, esses princípios estavam lá: ajuste fiscal, gastar o que é possível, poupar, organizar as finanças públicas, controlar a inflação, produzir superavit, organizar para pagar as dívidas, não se endividar mais. Nos princípios do Plano Real, isso também estava lá. Agora, o que é fundamental é a ganância, porque o Lula, depois que arrumou a casa, meteu o pé na jaca e a ganância veio. Fernando Henrique meteu o pé na jaca, e a ganância veio. O governo atual é o primeiro cuja dívida líquida é menor do que quando ele chegou.

Mas esse conserto exigia a reforma da Previdência, o que não saiu. A que se deve essa frustração?

A reforma da Previdência sempre foi um problema grave. O presidente Juscelino Kubitschek usou muito os recursos da Previdência para tornar a nova capital

uma realidade, e isso porque nós tínhamos um volume de contribuição muito maior. A Previdência foi criada lá na década de 1940, então não havia um número de aposentados muito grande, esse tipo de uso de recurso da Previdência, que somaram a privilégios monumentais que se agravam no Brasil a cada ano. Pessoas que ganham menos pagam e sustentam aposentadorias integrais de outros, no setor público. Se você vai para a vida privada, isso não existe. O governo Temer teve coragem de enfrentar o problema. Hoje, não há nenhum analista que consiga projetar qualquer consistência na solução do problema fiscal se não fizermos a Reforma da Previdência. Então, ela está no calendário.

Como o senhor explica esta situação do governo: é bem sucedido na gestão da economia e mal-sucedido na política, principalmente no ponto de vista eleitoral.

É uma razão muito simples, isso é fonte de muita preocupação para todos nós, que temos compromisso no sistema democrático do Brasil. O presidente Michel Temer não chegou à Presidência pelo eleitor brasileiro, mas em função do impeachment. Quem votou no Temer para presidente foi deputado e senador, tanto que o “Fora Temer”, “golpista” era em relação a isso. O presidencialismo de coalizão já estava dando demonstrações de fragilidade, desgaste, porque esse sistema já estava produzindo um segundo impeachment: primeiro o do Collor, depois, o da Dilma. O presidente Temer percebeu isso pela experiência parlamentar e ele teve uma relação muito grande com o Congresso e aprovou coisas difíceis. O limite de teto não é pouca coisa.

Uma das razões para a impopularidade do governo é o grande número de pessoas que respondem a processo por corrupção. É o caso do senhor, cujos processos vão agora para a primeira instância. Qual sua avaliação disso? O senhor teme ser preso eventualmente?

Não há nenhum ex-presidente da República que não responda a nenhum processo judicial, o que não é uma coisa trivial, não é normal, tem alguma coisa errada nessa história. E o pior, o mais grave, o futuro presidente da República já está sendo preparado para responder processo. Ele e o filho, que é senador, o ministro da Fazenda, que vai ser uma peça importante, e o chefe da Casa Civil. Tem alguma coisa errada. Não há sociedade, não há instituição, não há democracia no mundo que conviva com esse tipo de problema. O que não cabe é você ter ação judicial como ação política, você pode desgastar o governo e aliás o grande problema da popularidade do presidente foi esse. Foi uma trama, e essa trama mostra o ambiente que a imprensa brasileira espetaculariza.

E o seu caso?

Isto mostra a gravidade desse constrangimento deste ambiente de trama, de denúncia. Como não se apura, colocam as pessoas tendo o constrangimento de responder a uma hipótese sem nenhum tipo de apuração. Essa é uma pergunta que você faz a quem já tem algum tipo de culpa, um volume de delitos que foram apurados e aprovados. Hoje você faz essa pergunta a qualquer um. A vida não pode ser assim. Da mesma forma que nós respeitamos as instituições, nós temos que ser respeitados por elas. Então esse é um ponto que mostra a fragilidade desse processo. O desmonte moral que se procura fazer com quem tem mandato político no país leva a uma instabilidade político-institucional. É muito ruim. Eu fui prefeito com 30 anos, fui governador com 40. Você acha que, com 74 anos, eu ia me prestar a fazer qualquer tipo de ilícito? Eu acho que, para mim e para os outros, vai ser uma solução boa (passar à primeira instância), porque vai tirar do problema político e vai levar para o problema judicial. Vai tirar a manipulação política. Essa especularização só constrói um ambiente fascista no país.

O senhor acha que esse processo, inclusive envolvendo o presidente Temer, que teve dois pedidos de impeachment rejeitados na Câmara, teve impacto no resultado da eleição?

Não, porque o único candidato que não falou do Temer foi o Bolsonaro, porque creio que ficou comprovado que o nome Temer não era contaminador, não há movimentação na rua que envolva o governo Temer.

O senhor foi uma espécie de coringa no governo, passou pela Secretaria-geral da Presidência, agora é ministro de Minas e Energia. O que pode ser feito e o que não pode ser feito do ponto de vista de infraestrutura no país?

Precisa de muita coisa. O grande problema é que estamos numa situação fiscal muito precária, o poder público não tem recursos para fazer investimentos necessários em infraestrutura. Nós hoje vamos atingir um recorde de exportação do agronegócio e a perda decorrente da fragilidade logística que o agronegócio, sobretudo, grãos e proteína animal, tem é uma brutalidade. Se não tivéssemos nós uma produtividade enorme, não seríamos competitivos no mundo.

O eixo do comércio mundial saiu do Atlântico e do Pacífico e nós temos uma infraestrutura de logística toda voltada para o Atlântico. Como o senhor vê essa questão?

Primeiro, as pessoas têm que se informar, estudar e enfrentar isso com muita cautela, porque de fato há uma crise, o eixo Atlântico de comércio está em crise, a Europa e os Estados Unidos estão em crise. O maior parceiro comercial, o principal parceiro comercial do Brasil é a China, e esse eixo. Os chineses se

preocupam muito em criar condições de incorporar a América do Sul e a Latina ao eixo Pacífico.

O que é que o senhor vai fazer depois que sair do governo?

Eu acredito que prioridade é uma palavra singular, não é plural, os economistas brasileiros, quando puseram o S e transformaram em plural uma palavra que é para expressar uma coisa única, criaram essa confusão toda. Eu não quero contribuir para que essa frágil situação econômica social que nós ainda vivemos perdure, então eu vou primeiro acabar o governo. Depois eu vejo o que faço.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/12/2018

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: STF suspende regras para venda de ativos da Petrobras

Para advogados, decisão do ministro Marco Aurélio traz de volta a insegurança jurídica que vem atrapalhando plano da estatal para reduzir endividamento

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem suspender os efeitos do decreto que define as regras para a cessão de direitos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural pela Petrobras. Na prática, a decisão deixa sem regras claras o programa de venda de ativos da estatal. A medida cautelar foi pedida pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Para o advogado Ali Hage, da Veirano Advogados, a decisão traz de volta questionamentos já superados sobre a venda de participações da Petrobras em blocos ou campos exploratórios de forma direta a investidores interessados, sem seleção pública. Segundo ele, com a suspensão do decreto, a Petrobras também não poderá fazer compras de bens e equipamentos com dispensa de licitação nas áreas onde é operadora em parceria com investidores privados.

—É ruim. Se dá um passo à frente, e depois dois atrás. A decisão traz de volta a insegurança jurídica sobre as vendas de participações já feitas pela Petrobras, assim como para os campos que estão atualmente sendo negociados — destacou Hage.

ATRIBUIÇÃO DO CONGRESSO

O advogado Giovani Loss, do Mattos Filho Advogados, também considerou que a decisão traz insegurança jurídica para o processo de venda de ativos da estatal, surpreendendo o mercado, uma vez que está previsto que o plenário do STF analise o assunto no dia 27 de fevereiro de 2019. —A Petrobras trabalha na redução do seu endividamento com a venda de ativos, e na medida que o Judiciário vem recorrendo contra a venda desses ativos complica a estratégia da empresa de se reorganizar estrategicamente —afirmou Loss.

Na sua decisão, o ministro Marco Aurélio Mello diz que, pelo caráter urgente do tema, decidiu tomar a decisão temporária até que a matéria seja apreciada pelo plenário do STF. Ele sustenta que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, a alcançarem as sociedades de economia mista "gênero do qual a Petrobras é espécie".

"A conclusão é única: o chefe do Executivo disciplinou matéria constitucionalmente reservada a lei em sentido formal", afirmou o ministro. A Petrobras não se pronunciou. Entre 2017 e 2018, a Petrobras vendeu US\$ 8,3 bilhões em ativos, bem abaixo da meta de US\$ 21 bilhões, devido principalmente a questionamentos da Justiça. Além de ações contra a alienação de participações em campos de petróleo, a estatal foi obrigada a suspender a venda da TAG, rede de gasodutos no Nordeste, assim como o projeto de vender o controle de refinarias.

Além disso, o Cade suspendeu a venda da Liquigás, distribuidora de gás GLP para o grupo Ultra. No plano de negócios do período 2019/2023, a nova meta é vender US\$ 26,9 bilhões. O advogado Ali Hage lembra que o decreto foi feito, inclusive, a partir de entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre como tornar o processo de venda de ativos da estatal mais transparente e competitivo. Ele não acredita que a suspensão do decreto invalide vendas de ativos, mas atrapalha as negociações:

—A Petrobras fica prejudicada. Isso vai influenciar as negociações atuais em andamento, e mesmo os processos já fechados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/12/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez e Marcello Corrêa

Título: Conta de luz deve permanecer sem taxa extra em janeiro

Com mais chuva, maior geração eólica e novas turbinas em operação, energia não vai subir

RIO E BRASÍLIA

A melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e uma maior geração de energia devem permitir que a conta de luz dos brasileiros siga sem taxa extra em janeiro. Segundo o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, a chamada "bandeira tarifária" deve permanecer verde no próximo mês — ou seja, sem cobrança adicional na tarifa de energia.

Barata ressaltou que a decisão de adotar as bandeiras tarifárias cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas a tendência a curto prazo será a manutenção da bandeira verde. Na bandeira amarela, há cobrança de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Na bandeira vermelha, a sobretaxa é de até R\$ 5. Na verde, não há cobrança. De acordo com Luiz Barata, o sistema está entrando no período de chuvas, com o nível dos reservatórios em melhores condições do que no mesmo período ano passado.

A região Sudeste e Centro-Oeste (o ONS considera as duas como uma única área) terminou o período seco com um nível nos reservatórios de 24%, bem acima dos 18% em igual mês do ano passado. No Nordeste, o nível dos reservatórios estava em 5,5% em novembro do ano passado, e agora está em 30%.

Luiz Barata disse ainda que, além da melhora do nível dos reservatórios, com um maior volume de chuvas nos últimos meses, houve um aumento da oferta de energia, com a entrada em operação de mais turbinas da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, além de mais geração das usinas do Rio Madeira, de Jirau e Santo Antônio, com a entrada em operação de mais uma linha de transmissão.

Barata destacou também a geração de energia eólica no Nordeste, que já representa cerca de 8% da matriz energética do país, o que permitiu preservar mais os reservatórios das hidrelétricas.

MENOS SUBSÍDIOS

O Ministro de Minas e Energia (MME), Moreira Franco, propôs reduzir os subsídios na conta de luz para a promoção de programas sociais, que são bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e pesam nas tarifas de todos os consumidores do país. A proposta de decreto foi encaminhada à Casa Civil para avaliação do presidente Michel Temer. A pasta não estimou o impacto que a medida teria no volume de subsídios.

A estimativa mais recente da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) é que os consumidores teriam que arcar com R\$ 17 bilhões no ano que vem para financiar a CDE. (Ramona Ordoñez e Marcello Corrêa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/12/2018

Seção: Economia

Autor: DA BLOOMBERG NEWS

Título: Orçamento para 2019 prevê mínimo de R\$ 1.006

Objetivo é reduzir déficit do Petros. Migração será voluntária, mas trabalhadores temem perdas

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem um novo plano de aposentadoria para seus funcionários, com a estatal tentando lidar com os crescentes déficits em seu fundo de pensão e com a irritação cada vez maior dos empregados. A inscrição no novo plano será voluntária. A Petros, o fundo que administra as aposentadorias dos trabalhadores da estatal, mostrou risco de insolvência e falta de liquidez a médio prazo, informou a Petrobras em comunicado.

Já os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera temem mais perdas para os empregados da estatal, cujas contribuições subiram no ano passado para cobrir o déficit do fundo de pensão, de R\$ 17,7 bilhões. —

O plano do ano passado para resolver o déficit já era insuportável para os trabalhadores —disse Paulo Brandão, membro do conselho fiscal da Petros.

—Este é ainda pior. Segundo ele, os detalhes não estão claros, e a implementação do plano levaria meses. O novo plano será, a exemplo do que já havia sido feito em 2017, de contribuição definida. Ou seja, o valor da aposentadoria dependerá do saldo acumulado. Os planos antigos são de benefício definido. Em nota, a Petros informou que "cumpre seu papel de avaliar tecnicamente as alternativas apresentadas por seus participantes e patrocinadores, dentro do marco legal existente." Representantes da Petrobras não comentaram.

ESTATAL VERSUS SINDICATOS

O argumento da estatal é que os funcionários têm uma parcela de culpa pelos déficits recorrentes, porque recorreram à Justiça para suspender a contribuição extra —55% obtiveram decisão favorável. Já os sindicatos afirmam que a empresa está forçando os trabalhadores a arcarem com a conta dos maus investimentos feitos com suas economias.

No ano passado, a Petros informou que 60% do déficit decorrem de participações em empresas que se tornaram alvo de investigações por corrupção, além da recessão que atingiu o país. Os outros 40% se devem à maior expectativa de vida dos brasileiros. O novo plano ainda precisa ser aprovado pelas autoridades reguladoras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: STF suspende ato que agiliza venda de ativos da Petrobras

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio de Mello suspendeu por liminar efeitos de decreto que define regras para venda de campos de petróleo da Petrobras e para a compra de equipamentos por consórcios liderados pela empresa.

A decisão acolhe pedido do PT, que é contrário à venda de ativos em curso pela estatal.

Para o partido, o plano de desinvestimentos “consiste na desestatização dos ativos da sociedade a preços vis”, em “negociações deletérias aos interesses nacionais” e ao largo da legislação.

O decreto 9.355 foi editado em abril, com o argumento de que era necessário reduzir a insegurança jurídica do programa, iniciado ainda no governo Dilma Rousseff, mas aprofundado após a posse de Michel Temer, e alvo de uma série de questionamentos judiciais.

O texto permite que a companhia negocie fatias em campos de petróleo sem a necessidade de licitação pública. Garante também a consórcios liderados pela empresa a prerrogativa de contratar equipamentos seguindo regras de mercado, sem as amarras da Lei das Estatais.

Para o ministro Marco Aurélio Mello, cabe ao Legislativo, e não ao Executivo, legislar sobre as normas gerais de licitação de empresas de economia mista.

“Paga-se um preço por viver-se em um Estado de Direito. É módico e está, por isso mesmo, ao alcance de todos: o respeito irrestrito às regras estabelecidas”, escreveu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2018

Seção: Coluna do Estadão

Autor: Andreza Matais

Título: Aneel banca festa com dinheiro da conta de luz

A Aneel fez uma festa para comemorar seus 21 anos ao custo de R\$ 182,3 mil. Os recursos saíram dos cofres do órgão regulador, dinheiro que tem origem em uma "taxa de fiscalização" cobrada dos consumidores, na conta de luz. Para a "confraternização de 21 anos" da agência de energia, a diretoria desembolsou R\$ 51.500 para alugar um salão de festas em Brasília por cinco horas. Outros R\$ 44,9 mil foram gastos com "produção artística e animação". Durante o evento, taças de espumante fixadas na roupa de uma moça foram servidas aos convidados.

» Prioridade. No ano passado, a Aneel deixou de cumprir parte de suas atividades de fiscalização do setor por causa de falta de recursos, alvos de contingenciamento. Em 2016, sem caixa, a agência chegou a suspender os serviços de teleatendimento ao consumidor.

» Com a palavra. Questionada sobre os gastos, a Aneel declarou que "ações voltadas para a melhoria do bem-estar e do clima organizacional são importantes para uma gestão eficiente".

» Tá comigo. A liminar do ministro Marco Aurélio Mello, que quase soltou ontem Lula e outros presos da Lava Jato, não foi a única polêmica do ministro.

» Trending Topics. Colegas do magistrado na Corte listaram outras liminares dele que "causaram", como a que afastou Renan Calheiros da presidência do Senado, autorizou o retorno de Aécio Neves ao Senado e, ainda, soltou Salvatore Cacciola e o ex-goleiro Bruno.

» Tradição natalina. Há exatamente um ano, também às vésperas do recesso do Judiciário, o ministro Gilmar Mendes decidia em liminar proibir conduções coercitivas.

» Escapou. O Conselho de Ética inicia o recesso hoje sem ter analisado a cassação do deputado Lúcio Vieira Lima. A última sessão do ano, que seria ontem, foi marcada para ouvir as testemunhas de defesa do parlamentar, mas foi cancelada por falta de quórum.

» Na roda. Luiz Fernando Baptista, ex-Sky, está cotado para a presidência dos Correios no governo Jair Bolsonaro. A estatal será subordinada ao ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. A escolha do novo chefe será compartilhada com Bolsonaro.

» Linha cruzada. Foi tenso o telefonema entre Michel Temer e Rodrigo Maia sobre a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da Câmara sancionou o texto enquanto Temer, que é contra, estava no Uruguai.

» Deixa para lá. Pelo projeto sancionado, municípios com queda de arrecadação não seriam punidos por desrespeitar o limite de gastos com pessoal.

» Autodelação. Na denúncia contra Michel Temer, Raquel Dodge destaca que o próprio admite sua influência no Porto de Santos na carta que enviou a Dilma Rousseff em 2015. Nela, reclama da exoneração de Edinho Araújo da Secretaria de Portos. O presidente tem negado as acusações.

» Vida que segue. Alvo da PF ontem, Gilberto Kassab manteve presença na posse hoje de Leonardo Euler, como presidente da Anatel, e de Moisés Queiroz Moreira, como conselheiro.

COM NAIRA TRINDADE E JULIANA BRAGA. COLABORARAM ANDRÉ BORGES E RAFAEL MORAES MOURA

Bombou nas redes!

Renan Calheiros

Senador pelo MDB-AL

"Não ouvi o senador Lasier Martins falar. Nunca presto atenção no que ele diz", estocando o colega que conseguiu no STF voto aberto para o comando do Senado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/12/2018****Seção: Política****Autor: Lu Aiko Otta****Título: Presidente fala em sentir falta do 'fora, Temer'**

No Planalto, encontro para balanço de mandato

Num retrato do que é a transição de poder, a capital federal foi cenário ontem de duas reuniões ministeriais simultâneas: a da turma que sai e a da que entra. Na Granja do Torto, o futuro presidente, Jair Bolsonaro, reuniu sua equipe para os últimos acertos antes da posse. No Palácio do Planalto, Michel Temer comandou encontro convocado às pressas para fazer um balanço de seu mandato. Em tom descontraído, Temer fez piada com o fim do governo e com sua própria popularidade.

"Eu até vou mandar servir um café, para mostrar que o café está quente, ainda", disse, brincando com o dito segundo o qual, em final de governo, o café vem frio. "Havia uma manifestação política que eu até vou sentir muita falta, do 'fora, Temer'", comentou o presidente. "Quando falava 'fora, Temer', quer dizer que eu estava dentro. Agora, estarei fora mesmo." Ele acrescentou que sua saída do Planalto "demorou", diante do que chamou de esforço que "determinados setores da imprensa" fizeram para derrubá-lo.

Temer termina o governo com uma taxa de desaprovação recorde na história do País. Mas, na reunião, ele frisou que sua taxa de popularidade "dobrou" de 4% para 8%. E citou uma pesquisa da XP Investimentos segundo a qual sua aprovação por investidores chega a 78%. A instituição financeira confirma o dado. O presidente acredita que essa percepção vai espalhar-se para a população. "E isso vai resultar na formulação da verdade", disse.

Ao elogiar os ministros um a um, o presidente comentou que a advogada-geral da União, Grace Mendonça, é "o único homem do governo", responsável por vitórias importantes no campo jurídico e por poupar "trilhões" com o acordo que encerrou uma disputa de duas décadas em torno do rendimento das cadernetas de poupança nos planos econômicos. Ele reconheceu que foi uma brincadeira "preconceituosa" e atribuiu sua autoria ao ministro de Minas e energia, Moreira Franco.

Falando sobre a harmonia dentro de sua equipe, Temer ressaltou que não há briga entre os ministros da Fazenda e do Planejamento, como costuma ocorrer. Ele comentou que o atual ministro do Planejamento, Esteves Colnago, é um

"coitado", porque o titular da Fazenda, Eduardo Guardia, diz que não há recursos, mas o próprio presidente pressiona Colnago a liberá-los. Segundo Temer, a habilidade do ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e dos Transportes, Valter Casimiro, em lidar com demandas de parlamentares sobre a liberação de verbas ajudou o governo a manter uma relação pacífica com o Congresso Nacional.

Isso ajudou a aprovar muitas reformas importantes, como a trabalhista e a do ensino médio. A exceção foi a da Previdência. Ela não passou, na sua visão, porque ele próprio foi vítima de "uma urdidura, uma trama", com uma conversa sua capturada num "gravadorzinho da feira do Paraguai". Foi uma referência às gravações feitas por Joesley Batista, um dos donos da JBS, na qual supostamente se fala sobre pagamento de propina ao deputado cassado Eduardo Cunha (MDB-RJ), já na época preso, para "ficar de bem" com o grupo. Ao que Temer teria dito: "Tem que manter isso". Ontem, o presidente afirmou que a frase não existe, mas "certos setores da imprensa" a atribuíram a ele.

Memória. Mais tarde, em Itu (SP), onde inaugurou um centro de memória que leva seu nome, Temer pediu o fim da "raivosidade" e pregou a união dos brasileiros. Num recado indireto ao sucessor, o presidente lembrou que a disputa eleitoral já terminou. "Instalou-se uma disputa entre brasileiros contrária à nossa tradição histórica. Um é o momento político eleitoral, que antecede as eleições, onde tem até exagero. Depois que se elege, você passa para outro momento, o político administrativo, quando todos devem se colocar para o bem de todos." / COLABOROU JOSÉ MARIA TOMAZELA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2018

Seção:

Autor: Fernanda Nunes / RIO, Rafael Moraes Moura e Amanda Pupo/ BRASÍLIA

Título: STF põe em risco venda de ativos pela Petrobrás

Marco Aurélio de Mello suspendeu decreto que permitia à estatal vender áreas de produção e comprar equipamentos sem licitação

Atendendo a um pedido do Partido dos Trabalhadores (PT), o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, a eficácia de um decreto que tinha como objetivo viabilizar a venda de ativos pela petrobrás. O decreto 9.355, de abril deste ano, permitia que a estatal vendesse áreas de produção e exploração de petróleo sem necessidade de fazer licitação. A decisão será submetida ao plenário do STF, mas ainda não há data para que isso ocorra. Com o decreto, a petrobrás estava mais protegida de processos

judiciais que questionam seu programa de venda de ativos de exploração e produção de petróleo e gás.

A medida garantia à estatal os mesmos direitos concedidos às empresas privadas de livre competição na venda dos ativos e também na compra de equipamentos para projetos. Na avaliação do PT, o decreto foi criado para permitir ao governo que prosseguisse "com sua política de devastação da petrobrás sem ser incomodado pela Justiça Federal". A visão do ministro é que cabe ao Congresso Nacional, e não ao Executivo, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação.

"A conclusão é única: o chefe do Executivo Federal disciplinou matéria constitucionalmente reservada à lei em sentido formal", ressaltou Marco Aurélio. Para o sócio do escritório de advocacia Schmidt Valois, especialista em Petróleo e Gás Natural, Paulo Valois, o decreto de Michel Temer apenas complementa a Lei das Estatais, que permite à petroleira vender seus ativos. Sua suspensão não chega a afetar o programa de desinvestimento da petrobrás, mas deixa a companhia mais suscetível a contestações judiciais, disse o especialista.

Questionamentos. O programa de venda de ativos da petroleira estatal já havia sido questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, em maio de 2017, estabeleceu uma série de critérios para autorizar a empresa a dar continuidade às licitações. O decreto de Temer, de abril deste ano, avançou nesse sentido, criando regras mais detalhadas de venda específica de ativos de exploração e produção. "A regulação do TCU é mais abrangente, enquanto o decreto regulamenta como vai ser a venda dos ativos de exploração e produção. Ele reforça a ferramenta da carta-convite, cria critérios claros de julgamento, esclarece diversos itens do desinvestimento", diz Valois.

A carta-convite é uma forma simplificada de licitação, que dispensa publicidade e permite que os fornecedores mais reconhecidos de uma área sejam convidados para participar de uma concorrência. O decreto de abril também dá mais liberdade à estatal para comprar equipamentos sem ter de fazer licitação. "Se o decreto não sobreviver, essa é uma regra que terá de ser endereçada de alguma forma porque a petrobrás precisa ter essa liberdade para manter sua competitividade", disse Ali Hage, sócio da área de óleo e gás do Veirano Advogados.

E O mais provável, na avaliação de Valois, é que a decisão do ministro Marco Aurélio não afete as negociações em andamento ou já concluídas pela estatal. A petrobrás pretendia se desfazer de US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018. Porém, o esperado é que cerca de US\$ 7 bilhões entrem no caixa no período. Procurada, a petrobrás ainda não se manifestou. As ações da estatal

praticamente não reagiram à decisão de Mello. Os papéis foram impulsionados pela alta no preço do petróleo. / COLABOROU WAGNER GOMES

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Sinais são favoráveis à bandeira verde em janeiro, avalia ONS

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, disse que as atuais condições são favoráveis para a manutenção, em janeiro, da bandeira verde para a tarifa de energia elétrica (sem custo adicional para os consumidores). O executivo destacou que os reservatórios estão se recuperando e descartou qualquer risco de desabastecimento do mercado durante o verão 2018/2019.

Barata ressaltou que a definição da bandeira cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas afirmou que, diante da melhoria das condições climáticas e do aumento da capacidade de oferta de geração e transmissão, a tendência, "muito provavelmente", é manter a bandeira verde.

"Fechamos o período seco melhor que no ano passado, os sinais dos institutos de clima são de que teremos um verão [com temperaturas] na média e temos mais usinas na região Norte para usar. Há um conforto para um verão sem sobressaltos [no suprimento]", afirmou Barata, ontem, durante entrevista coletiva.

O diretor-geral do ONS também destacou que as condições dos reservatórios, atualmente, são melhores do que aquelas registradas ao fim do ano passado. Segundo Barata, as "reviravoltas climáticas" registradas desde outubro trouxeram "boas notícias" para o armazenamento neste fim de ano.

A previsão do ONS é que todos os subsistemas fechem dezembro com níveis superiores aos de fins de 2017. No Sudeste, a expectativa é que os reservatórios atinjam os 28,4%, ante os 22,5% de dezembro de 2017. No Sul, os reservatórios atingirão 63% (versus 57%), enquanto no Nordeste os níveis atingirão 42,4% (versus 12,8%) e, no Norte, 41,2% (versus 23,3%).

"2018 foi um ano difícil. Passamos o período seco preocupados com o nível dos reservatórios, mas ao fim do ano tivemos boas notícias. O período chuvoso (outubro-abril) começou este ano em outubro [sem atrasos], com chuvas na média no Sudeste e no Sul muito acima da média", afirmou.

Barata disse ainda que a carga (consumo mais perdas) do sistema elétrico deve fechar o ano com alta de cerca de 1,5%, mesmo percentual de crescimento do ano passado. Questionado se o sistema está preparado para uma eventual aceleração do ritmo de crescimento do consumo, o executivo afirmou que, mesmo que nos próximos dois anos a carga cresça acima do previsto, a capacidade atual é suficiente para atender à demanda.

O ONS toma como base o planejamento da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que projeta um crescimento médio do PIB de 2,7% ao ano entre 2019-2023. A EPE espera uma alta de 2,3% em 2019 e de 2,7% em 2020.

"Se isso [crescimento acima do esperado nos próximos dois anos] acontecer, o plano de expansão [da geração] não será este [o atual], teremos que reforçá-lo. Mas com três a quatro anos se constrói usinas, sobretudo eólica, solar e ampliação de biomassa", completou.

Barata também comentou que não espera mudanças na governança da operação do sistema elétrico no mandato de Jair Bolsonaro. "A governança [do setor elétrico] que se tem hoje nos dá o conforto de que atuaremos rigorosamente como hoje", disse.

Questionado sobre a afinidade do futuro ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque, com o setor nuclear, Barata respondeu que a conclusão da usina de Angra 3 é "bem-vinda" ao sistema elétrico e que as nucleares são importantes para o sistema. "Para um país que precisará de energia, tem sentido deixar um esqueleto ou é melhor concluir a obra? [Angra 3]. Nunca devemos deixar nada pela metade", disse o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: Votorantim elege energia e imóveis para o novo ciclo

Miranda, presidente: Votorantim S.A. encerra um ciclo neste ano e inicia o próximo com foco de investimento em ativos que possam gerar fluxo de caixa estável

No ano em que chegou ao centenário de fundação, o grupo Votorantim completou alguns movimentos e deu partida a um novo ciclo de investimento. Parte disso está relacionada a uma estratégia mais associativa, que já vem desde 2009, e outra parcela se definiu com o plano de passar a atuar cada vez mais como gestora de ativos. "O grupo, desde 2016, reestruturou-se no modelo de gestão de portfólio de ativos. Uma mudança significativa", disse ao Valor o presidente da Votorantim S.A., João Miranda. Ele está há mais de uma década no quadro de executivos do grupo, tendo assumido a VSA após a sua reorganização, englobando todos os negócios e ativos.

No decorrer deste ano, a Votorantim saiu de dois importantes negócios no país - fabricação de celulose, com a venda de Fibria, uma empresa líder mundial, e de aços longos. Mas, ao mesmo tempo, o grupo lançou as fichas para se posicionar como importante investidora em duas áreas. O foco são negócios menos expostos à volatilidade econômica global e dos mercados, como commodities.

A saída desses negócios não deverá afetar o tamanho do grupo, um dos maiores do país. Com a melhoria de preços de alguns dos produtos que faz, como alumínio e zinco, e também de cimento, a expectativa é de que vire 2018 com uma receita líquida na casa de R\$ 32 bilhões, um aumento de quase 20% sobre o ano passado. Estimativas apontam que o lucro líquido, puxado por resultados que virão do quarto trimestre, possa até superar R\$ 1,1 bilhão, também acima de 2017.

Nos novos passos definidos para 2019 em diante, a companhia, diz seu time de comando, entrará com muita disposição, em geração de energia renovável: hidrelétricas, PCHs, eólica e solar. Será um "business de peso" na grade de atividades do grupo em alguns anos, garante Miranda. Começa o ano projetando receita na casa dos R\$ 2,5 bilhões.

Outra frente de investimento é a construção imobiliária. De um lado, desenvolvendo projetos; de outro, o mercado de renda estável, com a aquisição de edifícios comerciais prontos para locação.

A primeira das frentes, energia, já é uma velha conhecida da Votorantim, quando, em meados da década de 50 do século passado, a família, sob o comando de José Ermírio de Moraes, avaliou como fundamental, para dar

conforto aos seus negócios, a garantia de suprimento energético. O movimento de agora tem nova configuração - a empresa estará presente como grande investidor e voltada ao mercado de energia.

A área imobiliária é estreia. Vai aproveitar-se de vastos terrenos que possui bem localizados e espalhados no país, em cidade como São Paulo, para desenvolver empreendimentos residenciais e comerciais, todos em parceria com grupos atuantes do setor. Além disso, quer também investimento com retorno definido por meio de renda de aluguel. Neste caso, está pronta para ir ao mercado já e fazer aquisições de edifícios comerciais para locações. O objetivo é ter renda garantida por longo prazo.

Outros investimentos deverão surgir pelo caminho nos próximos anos, e não estão descartadas oportunidades em setores que vão desde tecnologia, os chamados negócios leves, sem necessidade de capital intensivo, serviços e indústria de bens de consumo, até a área de infraestrutura (ativos que serão ofertados em regime de concessões).

Miranda e seu time - que tem os escudeiros João Schmidt, diretor de desenvolvimento corporativo, e Sérgio Malacrida, diretor de finanças - estão trabalhando sem pressão, mapeando novas oportunidades. Não faltam bancos de investimento batendo à sua porta, na sede da Votorantim, com as mais diversas propostas para adquirir ativos, principalmente depois de consolidar a bilionária venda da Fibria para o grupo Suzano. Entre dinheiro (mais de 80%) e ações da nova empresa são cerca de R\$ 11 bilhões.

O executivo não ficou esperando o caixa ser recheado com o dinheiro da Fibria para fazer um primeiro movimento. Desde julho, sua equipe trabalhava na surdina, avaliando a estatal de energia paulista Cesp, que não conseguiu ser vendida durante 20 anos em várias tentativas. Foi só o governo paulista definir a data do leilão e lá estava, pronta, a Votorantim e seu sócio, o fundo canadense CPPIB. Juntos, arremataram o controle da hidrelétrica por R\$ 1,7 bilhão.

"Com o investimento que iniciamos em eólica dois anos atrás, demos a partida para esse negócio. A aquisição da Cesp possibilita acelerar nossos planos de construir uma plataforma robusta em energia", disse Miranda. Ele acrescenta: "já temos a segunda maior comercializadora de energia do país e, agora, uma das mais importantes geradoras". Em geração, após a incorporação de Cesp, o grupo ficou com capacidade instalada de 2,1 gigawatts.

O executivo ressalta que o desembolso de R\$ 850 milhões da Votorantim na Cesp não afeta em nada a meta de alavancagem financeira da companhia no fim de 2018, que deve encerrar bem confortável - com relação de duas vezes da dívida líquida sobre Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). No fechamento do ano, o endividamento líquido do grupo deve ficar na casa de R\$ 13 bilhões, com um Ebitda de R\$ 6,5 bilhões.

Em 14 de janeiro, a companhia receberá o dinheiro da Suzano - mais de R\$ 7 bilhões, considerando que já teve adiantamento de R\$ 800 milhões na forma de dividendos pagos pela Fibria. E, de sobra, ficará ainda com 5,6 % do capital da nova Suzano. É hora de sair correndo às compras? Miranda balança a cabeça para os lados e diz que os Ermírio de Moraes têm muito bem os pés no chão na hora de tomar decisões.

Em breve, será anunciada uma nova empresa, resultado dos investimentos realizados em eólica no Piauí, que já está gerando energia desde fim de 2017, e da compra da Cesp. Será essa empresa que irá fazer frente às novas oportunidades - e elas não faltarão, com privatizações prometidas pelo novo governo e com o mercado secundário, observa Miranda. Além de médias e grande geradoras, parques eólicos e projetos de energia solar, vão ser avaliadas pequenas usinas, as PCHs. "A tudo que for energia renovável estaremos atentos", diz Schmidt.

Uma abertura de capital da nova empresa, que começa 2019 com receita estimada em R\$ 2,5 bilhões, não está descartada no futuro. "É uma opção que teremos, não existe necessidade. O CPPIB está feliz, tem fôlego financeiro e desejo por novos investimentos. Nós também estamos preparados. Há muito gás para crescer assim. Não há pressa", diz.

A atual Votorantim Energia vai atuar em duas frentes: como comercializadora e gestora de hidrelétricas de outras empresas do grupo e como dona de 50% da joint venture com os canadenses.

"Investimentos imobiliários entram na categoria de ativos de renda e que ajudam a ter fluxo de caixa mais estável"

Na área de construção, o plano é deslanchar os investimentos logo. No segmento de aluguel, a empresa já tem alvos prontos para adquirir, fazendo uma trajetória parecida à dos fundos de pensão, com imóveis prontos. "Os investimentos imobiliários entram na categoria de ativos que servem para renda

e que ajudam a ter um fluxo de caixa mais estável", afirma Miranda. Energia também está aí, com contratos de venda por período de 20 anos.

O primeiro projeto de incorporação imobiliária em destaque é o que está previsto para ser montado em um terreno na Vila Leopoldina, em São Paulo, ao lado da Marginal Pinheiros, onde funcionou a Metalúrgica Atlas. São 120 mil metros quadrados de área. "É um projeto de intervenção urbana, que vem sendo discutido há dois anos e meio com o governo municipal", diz o executivo.

O empreendimento tem uma contrapartida social da ordem de R\$ 100 milhões para moradores no entorno, envolvendo postos de saúde, escolas e infraestrutura urbana. No local já existem dois galpões - um de eventos e outro de coworking. A obra está desenhada para combinar moradias, escritórios e até um hotel. Não se fala ainda em montante a ser desembolsado para viabilizá-lo.

Há projetos também previstos para áreas da Votorantim vários lugares, como Sorocaba (SP) e Pernambuco. O banco de terrenos é enorme. Estudou-se a vocação de mais de 400 imóveis. Para cada um estão sendo analisadas: de plano urbanístico, em alguns casos, à venda em outros.

Os negócios consolidados, conta Miranda, seguem seu ritmo conforme planos traçados. Caso de alumínio e polimetálicos (zinco, cobre e chumbo), que estão com suas operações ajustadas e planos - de expansão ou de gestão - bem encaminhados.

Já as duas empresas de aços longos, na Argentina e Colômbia, poderão, em algum momento, oportuno e com ofertas atrativas, ter o mesmo destino dos ativos de siderurgia do Brasil, que passaram ao controle da ArcelorMittal. A VSA ficou dona de uma parcela minoritária. Todavia, nos dois países, a decisão deverá ser pela venda total.

Uma atenção especial deve ser dedicada à Votorantim Cimentos, que responde por mais de 40% da receita do grupo e que, neste ano, voltou a ter recuperação nos resultados. O grupo já anunciou novo presidente para a companhia - Marcelo Castelli, que deixa a Fibria em 14 de janeiro e assume a cimenteira em 1º de fevereiro no lugar de Walter Dissinger. A controladora deverá fazer um ajuste de foco de negócios da VC, ao mesmo tempo em que vai avaliar sua estrutura de capital para reduzir o peso da dívida e começar a preparar a empresa para uma abertura de capital em alguns anos. Vai esperar o mercado de cimento, principalmente no Brasil, voltar a crescer, depois de quatro anos de depressão, no período de 2015 a 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Efeitos da greve dos caminhoneiros derrubam consumo de gasolina**

Gadotti, da Plural, defende fim da subvenção ao diesel e simplificação tributária

O mercado de combustíveis sentiu os efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida em meados deste ano, em especial o da gasolina C comercializada nos postos. De acordo com estimativas da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), as vendas do produto devem fechar o ano com queda de 13,4%, em relação a 2017.

O cenário mais complicado para o mercado de gasolina levou a um crescimento expressivo das vendas do etanol hidratado este ano, que devem registrar alta de 42,2%, ante 2017. Ainda assim, o mercado total de combustíveis para veículos de ciclo otto (gasolina e etanol) deve recuar 3,5%, na mesma comparação, devido à maior participação da gasolina neste grupo. Já o mercado de diesel, mais aderente ao PIB, deve registrar um ligeiro aumento - de 1,4% - neste ano, em relação a 2017.

Segundo o presidente da Plural, Leonardo Gadotti, a greve dos caminhoneiros afetou o mercado brasileiro de gasolina por dois motivos. O primeiro foi a própria falta de suprimento dos produtos e o segundo, mais importante, o impacto na economia brasileira.

"Isso [impacto no mercado da gasolina] é claramente um reflexo não só da greve em si, mas da questão de crescimento econômico mesmo, de renda das famílias. As pessoas deixaram de usar o carro. No caso do diesel, o crescimento em relação ao ano passado ainda é pequeno, mas é em torno de 1,4%. O diesel tem uma correlação direta com o PIB. Se você observa um pequeno crescimento do PIB, isso já vai se projetando no consumo do diesel."

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o mercado de gasolina C em 2017, de 44,150 bilhões de litros, cresceu 2,6% em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, o mercado de etanol hidratado

recuou 6,5%, para 13,642 bilhões de litros, e o de diesel cresceu 0,9%, totalizando 54,772 bilhões de litros.

A Plural ainda não tem estimativas para o mercado de 2019, mas já faz planos para o próximo ano. Além de defender o fim do programa de subvenção ao diesel em 31 de dezembro, conforme previsto atualmente, a entidade vai priorizar a pauta da simplificação tributária no setor.

A bandeira da associação é reduzir o peso dos tributos federais e igualar os impostos estaduais, para não haver distorções entre as unidades da federação - o que favorece a sonegação fiscal. Este, aliás, será outro tema de combate da Plural em 2019.

Gadotti destacou que, de acordo com estudo feito pela FGV a pedido da entidade, perto de R\$ 4,8 bilhões são sonegados por ano no mercado de combustíveis. Segundo ele, esse valor é a "ponta do iceberg". "Esse é o lado visível, que é aquele em que o sujeito emite uma nota fiscal, mas não paga o imposto. O lado em que nem se emite a nota fiscal, não conseguimos avaliar."

O presidente da Plural também manifestou preocupação com mudanças regulatórias e legais sem a devida análise prévia dos possíveis impactos para o setor. Segundo ele, novas regras para o segmento não podem ser "testadas" no mercado, por meio de resoluções. O executivo afirmou que, com estabilidade regulatória, regras claras e previsíveis, e a prática de preços de mercados, o Brasil deverá contar com investimentos privados entre R\$ 12 bilhões e R\$ 17 bilhões em melhorias de infraestrutura de importação e escoamento de combustíveis, dado que a demanda interna deverá crescer e a capacidade de refino está no limite.

"É importante deixar o mercado trabalhar. Vamos deixar de fazer 'puxadinho' no Brasil. Os governos que gostavam disso já se foram. Vamos fazer coisas sérias, permanentes, de longo prazo", disse Gadotti.

Questionado sobre a indicação do nome do almirante Bento Albuquerque para assumir o Ministério de Minas e Energia, o executivo admitiu não conhecer o indicado, mas que as primeiras impressões "são muito boas". Já a indicação de Roberto Castello Branco para a presidência da Petrobras foi elogiada.

"Foi uma ótima escolha. Não poderia ter sido melhor. O professor [Castello Branco] já teve experiência na Petrobras, no conselho [de administração], já

esteve em outras grandes empresas também. Tem uma boa visão do mercado, uma agenda muito parecida com a nossa", afirmou Gadotti.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/12/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Consumo de aço sobe

O consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil subiu 3,4% em novembro, para 1,7 milhão de toneladas, em base anual. O levantamento é feito pelo Instituto Aço Brasil. Já a produção brasileira de aço bruto caiu 6,1% no mês passado, para 2,8 milhões de toneladas.

Dorf assume Arteris

A Arteris informou que André Dorf, de saída da CPFL Energia, assumirá como diretor-presidente da companhia em substituição a David Antonio Diaz Almazan.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/12/2018
Seção:	Brasil
Autor:	Rodrigo Polito e Camila Maia
Título:	Eólica deverá ser segunda maior fonte de energia do país em 2019

Após alcançar uma "Itaipu" em capacidade no Brasil, com 14,3 mil megawatts (MW) instalados em 2018, a energia eólica deve assumir, no início do próximo ano, o posto de segunda maior fonte do parque gerador elétrico brasileiro - ultrapassando a biomassa (14,7 mil MW) e ficando atrás apenas das hidrelétricas (97,1 mil MW). De acordo com estimativas da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a fonte deve alcançar 15 mil MW em março de 2019.

"A fonte eólica representará mais ou menos em torno de 10% da matriz elétrica brasileira em 2019 e vai se consolidar como a segunda maior fonte do parque gerador do país", afirma a presidente da Abeeólica, Elbia Gannoum.

Segundo as projeções da associação, o parque eólico brasileiro, considerando projetos já contratados nos mercados cativo (por meio de leilões) e livre, alcançará 18,8 mil MW em 2024. Mais otimista, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê que a fonte eólica alcançará 20,672 mil MW, em 2024, e 26,672 mil MW, em 2027, de acordo com o Plano Decenal de Energia (PDE) 2027. O expressivo crescimento previsto deve-se à competitividade da fonte no país e conta também com novos projetos.

Depois da crise enfrentada por fabricantes de aerogeradores, em 2015 e 2016, devido à escassez de encomendas que resultou na saída de algumas empresas do setor, o segmento está em franco processo de recuperação. Segundo Elbia, há dois fatores para isso: a retomada de encomendas para a cadeia de fornecedores - fruto dos leilões de energia - e a expansão do setor no mercado livre, por meio de contratos de longo prazo que viabilizam a construção de novos parques. Contribuiu para esse segundo fator o modelo de financiamento específico para o mercado livre, lançado neste ano pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Minha percepção é que devemos ter no próximo ano 60% dos negócios de eólica [encomendas] no mercado livre e 40% no regulado. Será mais mercado livre que regulado", conta o presidente no Brasil da fabricante dinamarquesa de turbinas eólicas Vestas, Rogério Zampronha.

"A Vestas continua enxergando o Brasil de forma estratégica. Isso está escrito no plano estratégico da companhia divulgado aos investidores", completa Zampronha. Segundo ele, nessa linha, a companhia está investindo na ampliação da capacidade produtiva de sua fábrica no Ceará para fornecer a turbina de última geração do grupo, com primeiras entregas no país previstas para o fim de 2019.

Com visão semelhante, a GE tem expectativa de que a tendência de novas contratações seja mantida, com um mix entre mercados regulado e livre. "O mercado livre precisava florescer como alternativa ao regulado. O regulado agora traz a base e fazemos um híbrido entre regulado e livre, dobrando a capacidade instalada. Vemos com bons olhos essa dinâmica de mercado eólico",

explica a diretora de Estratégias de Mercado da GE Renewable para a América Latina, Rosana Santos.

Segundo a executiva, em 2018, o mercado de energia eólica brasileiro retomou os níveis de contratação de antes de 2015, com algo entre 1,3 mil e 1,4 mil MW contratados em leilões regulados. Considerando o mercado livre, a contratação no setor eólico pode chegar a 2,5 mil MW no ano.

Também de olho no aquecimento do mercado, a Nordex Energy, nascida da fusão da alemã Nordex com a espanhola Acciona Windpower, anunciou a reabertura de sua fábrica de torres de concreto no Rio Grande do Norte. Segundo a companhia, a decisão foi tomada estrategicamente para atender à demanda do parque eólico de Fortim, da Brasil Ventos, no Ceará, para o qual a Nordex Energy fornecerá 41 aerogeradores.

Pelo lado dos investidores, a Echoenergia, braço de geração renovável da gestora britânica Actis, estima que o mercado de energia eólica deverá contratar cerca de 3 mil MW em 2019, sendo 1 mil MW em projetos de longo prazo no mercado livre e 2 mil MW em leilões de energia no mercado regulado. "Veremos um movimento melhor que o dos últimos anos em termos de contratação de energia", afirma Edgard Corrochano, presidente da Echoenergia.

A gestora canadense Brookfield também vê "oportunidades muito grandes" no setor de geração de energia renovável no Brasil, conta Carlos Gro, vice-presidente sênior de fusões e aquisições da Brookfield Renewable Group no país. O Brasil, contudo, segue competindo com outros países pelos investimentos da Brookfield, o que faz com que o país precise oferecer condições adequadas, segundo o executivo.

Pelo lado dos financiadores, Humberto Leite, gerente de Ambiente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), afirma que o setor eólico ocupa lugar de destaque entre os negócios da instituição. "Em 2018 foi assim e 2019 deve continuar na mesma linha, sendo que projetos do mercado livre terão grande relevância. Mas a avaliação sempre é feita caso a caso, para que a estrutura final dê conforto não só para o investidor, mas também para o banco financiador", completou.

MME / ASCOM .